

Modelo de Parecer favorável Do Órgão Estadual de Defesa Civil

GOVERNO DO ESTADO DE **Inserir o nome do Estado.**

Inserir o nome do órgão estadual de defesa civil

PARECER TÉCNICO Nº: **Inserir o nº do Parecer**

Interessado: Governo do estado de **[inserir o nome do estado]**

Assunto: Decretação e reconhecimento de situação de emergência/estado de calamidade pública

Referência: **inserir o nº do decreto estadual**

Desastre: **Inserir o nome do desastre seguido do número da COBRADE (conforme IN/MI nº 1/2012)**

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a **[inserir a fundamentação legal (Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional)]**:

A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas;

Nos casos em que os desastres forem resultantes do mesmo evento adverso e atingirem mais de um município concomitantemente, o Governador do Estado poderá decretar a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessite de ajuda Federal.

O presente desastre atingiu os municípios de **[inserir o nome dos municípios]**

O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento para fins de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na **[inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)]**. Após a leitura constatou-se que:

1. A documentação obrigatória constante do **[inserir a fundamentação legal (§3º do artigo 11 ou artigo 12 - Sumário)]** foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica;

2. Os danos informados nos Formulários de Informações do Desastre – FIDE dos municípios atingidos são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos **[inserir a fundamentação legal (parágrafos 1º a 3º do artigo 4º (se S.E) ou 1º a 3º do artigo 5º (se E.C.P))]**;

3. Os prejuízos econômicos **[inserir públicos ou privados, conforme o caso]** informados nos Formulários de Informações do Desastre – FIDE dos municípios atingidos são relativos ao

Modelo de Parecer favorável Do Órgão Estadual de Defesa Civil

fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos [inserir a fundamentação legal (parágrafos 4º ou 5º do artigo 4º (S.E) ou 4º ou 5º do artigo 5º (E.C.P))].

4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso nos municípios atingidos implicaram no comprometimento da capacidade de resposta **Econômica / administrativa/ Econômica e administrativa** do poder público municipal e estadual;

5. O prazo para envio da documentação dos municípios atingidos para instrução do processo de reconhecimento, estabelecido no [inserir a fundamentação legal (§2º do artigo 11 ou artigo 12 - sumário)] pode ser cumprido, desde que seja remetida até o dia [inserir a data final para remessa da documentação].

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na [inserir a fundamentação legal (IN/MI nº 01/2012)] para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública declarada pelo estado.

É o parecer.

Inserir o local, Inserir o dia de Inserir o mês de Inserir o ano.

Inserir o nome do responsável pelo órgão estadual de defesa civil

Inserir o cargo